

O uso da comunicação alternativa como instrumento de luta em ONG's¹

SANTOS, Sostina Silva²

LOPES, Sonia Aguiar³

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Esse texto é um recorte de um trabalho de conclusão de curso cujo objetivo foi analisar e discutir o conteúdo do jornal *Fêmea*, produzido e veiculado pela ONG CFEMEA, de Brasília, e, concomitantemente verificar o uso do jornalismo como instrumento de luta pela organização. A partir desse exemplo tomado do contexto nacional, reflete-se sobre as noções de cidadania e comunicação alternativa nos movimentos sociais contemporâneos. Nesse perspectiva, foram selecionadas as edições publicadas de janeiro de 2011 até dezembro de 2013. A escolha desse recorte temporal se deve ao fato de o ano de 2011 representar a volta da Marcha das Margaridas e o surgimento da Marcha das Vadias, com participação ativa do gênero feminino, individualmente, e de grupos organizados de mulheres. Desde então, outros atos públicos de mulheres têm sido organizados todos os anos para reivindicar respeito e autonomia.

Palavras-chave: Comunicação alternativa; cidadania; movimentos sociais; instrumentos de luta;

1. Introdução

Discute-se neste texto questões relativas à criação de um espaço de comunicação em que são construídas narrativas alternativas ao que é oferecido pela mídia comercial, ou seja, um território em que diferentes atores e organizações sociais constroem suas próprias discursividades. Os objetivos são os de resgatar o sentido da comunicação desenvolvida no contexto dos movimentos sociais, apontar as possíveis estratégias de ativismo midiático e analisar práticas e perspectivas conceituais do uso da mídia alternativa.

O estudo baseia-se no método quali-quantitativo proposto pela análise de conteúdo. Na primeira parte, enfatiza-se a incorporação do conceito de cidadania nos movimentos sociais contemporâneos, relacionando-os com a comunicação. Na segunda, resgata-se, por meio de um apanhado sócio-histórico, a noção de comunicação alternativa.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sostina@live.com

³ Orientadora e professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – [http://licaufs.blogspot.com/email: saguiar.ufs@uol.com.br](http://licaufs.blogspot.com/email:saguiar.ufs@uol.com.br)

Na terceira parte, é apresentada a Ong CFMEA e o periódico produzido pela organização, o jornal Fêmea. Logo em seguida, são apontados os principais eixos temáticos trabalhados pelo jornal e os atores sociais (a quem a organização dá voz) que compõem os textos jornalísticos. Discute-se os níveis dessa participação bem como os assuntos aos quais é destinada maior ênfase como estratégia para ampliar os direitos de cidadania.

A questão central que permeia este artigo é o uso da comunicação alternativa como ferramenta de ativismo político-midiático.

2. Cidadania e instrumentos de luta

Segundo Evelina Dagnino (2004), a noção de cidadania surge em meados dos anos 1980 no Brasil e desde então passou a ser apropriada por diferentes grupos, com diferentes finalidades.

Nesse sentido, evidentemente as apropriações e a crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação do seu significativo e, portanto, de seus limites. (DAGNINO, 2004, p. 104)

Face a essa situação, a autora pontua que tornou-se necessário delimitar o sentido de “cidadania”. Nesse trajeto, ela aponta que o surgimento desse conceito está intimamente ligado à atuação dos movimentos sociais, tanto os urbanos – com pautas ligadas a melhorias da cidade, como transporte, violência, desemprego – como os de gênero, a exemplo do movimento de mulheres, homossexuais.

Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença - constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. (DAGNINO, 2004, p. 106).

Além disso, segundo Dagnino (2004, p. 106), o emergir desse conceito por meio dos movimentos trouxe aprofundamento teórico e prático para o processo de construção da democracia. Dessa maneira, a noção de cidadania acaba criando uma espécie de estatuto “teórico e político” não só no cerne da democracia, mas também na execução desta, em âmbito universal. Segundo Vieira (2008, p.18), no Brasil ela aparece como um dos fundamentos do Estado Democrático, na Constituição de 1988, a que está em vigência.

Cidadania é um status jurídico e político que concede ao cidadão direitos e deveres. Direitos nas esferas civil, jurídica e social, e deveres, no âmbito, por exemplo, da prestação do serviço militar, do recolhimento de impostos, da denúncia por malversação da coisa pública, etc. (VIEIRA, 2003, p. 18).

Dagnino (2004, p. 107) aponta que, conseqüentemente, esses fatores acabam por contribuir para que a cidadania seja encarada, sobretudo pelos movimentos, como um instrumento de transformação social, inscrito nas dimensões da cultura e da política, bem como no âmbito de relações e interações entre os sujeitos, incorporando novos direitos e subjetividades próprios da contemporaneidade.

No contexto específico do Brasil, a sociedade marcada por desigualdades de ordem social e econômica e problemas como fome e miséria, ainda não solucionados, acarretam na constituição de uma hierarquia desigual no campo das relações sociais, o que Dagnino (2004, p. 109) denomina de autoritarismo social. Esse dilema, segundo a autora, encontra-se enraizado de tal forma na cultura brasileira que reflete nas categorias de raça, gênero, classe, etc.

[...] esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. [...] É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar da mulher, cada macaco no seu galho etc. etc. (DAGNINO, 2004, p. 110)

Em face dessa perspectiva, os movimentos mais recentes veem na cidadania o caminho para a transformação dessa estrutura discrepante, ou seja, para a conquista de direitos de ordem civil, política e social. Para isso, os movimentos buscaram atrair e incorporar novos sujeitos sociais nessa luta, a fim de constituir na sociedade uma consciência política de seus direitos. Nesse processo, a mídia tornou-se um instrumento de luta, sobretudo a comunicação alternativa. Uma vez que, de acordo com Lahni (2005), só quem está informado reivindica, protege, exerce direitos e busca ampliá-los.

Conquistar uma cidadania plena em uma sociedade altamente desigual e segregadora, na qual o acesso aos bens econômicos está concentrado numa minoria da população, enquanto milhões de pessoas encontram-se excluídas do usufruto dos direitos mais fundamentais, torna-se um enorme desafio. Por isso, a ampliação e os avanços da cidadania estão intrinsecamente relacionados com as reivindicações, as lutas e as manifestações sociais (PINSKY, 2003).

Nesse processo de luta por uma nova reconfiguração por meio da cidadania, os movimentos também passam a analisar dentro da comunicação como os diferentes grupos humanos são representados e os significados que lhes é atribuído nesses veículos (CAPELINI; VICENTE, 2010). Desse modo, as publicações veiculadas pelas organizações

pautam, sobretudo, os direitos (coletivos e individuais) da população. Como pontua Peruzzo (2001, p. 114 -115), os direitos ligados à cidadania são aqueles relativos a conforto econômico-social, no sentido de igualdade, ter direito a poderes políticos, e à liberdade de expressão identitária.

Entre esses movimentos contemporâneos que incorporaram uma “roupagem” guiada pelo viés da cidadania, em que os atores sociais passam a ser sujeitos ativo, conscientes dos seus direitos e participantes do processo de mudança estrutural, pode-se exemplificar o movimento de mulheres.

Este, de maneira geral, reivindica e contesta os direitos femininos violados dentro das estruturas de poder vigentes. Conforme Ávila (2001), o reconhecimento do sistema de dominação e o conhecimento acerca dos mecanismos que propiciam a sua reprodução fazem com que esse movimento, em sua contemporaneidade, contribua de maneira importante para a luta dos direitos de diferentes grupos humanos.

Conforme assinala Cicilia Peruzzo (2004, p.21), integrar a comunicação aos movimentos tem um papel importante no sentido da democratização da informação e da cidadania, tanto no que diz respeito à ampliação do número de canais de informação e na inclusão de novos emissores, como no fato de se constituir em processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no fazer comunicacional e nos próprios movimentos populares.

3. Comunicação alternativa

Compreende-se comunicação alternativa como um espaço criado face à ausência de espaços na mídia convencional e que simultaneamente se configura como outra opção de leitura, que foge à linha dos grandes veículos. Essa modalidade de comunicação vem sendo constituída, sobretudo, por grupos marginalizados pela repressão da ditadura militar nos anos 1970.

Mário Kaplún (1985, apud Peruzzo, 2006, p.3) conceitua comunicação alternativa como “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. O autor destaca os aspectos educativos desse tipo de processo, esclarecendo que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”.

É um tipo de comunicação que, com raras exceções – quando se torna assunto de reportagem na grande mídia, por exemplo, é invisível às grandes audiências, mas que se evidencia em forças vivas nas comunidades onde se insere. Passou por grandes transformações ao longo das últimas duas décadas e meia e entra no século XXI incluindo novas formas e desfrutando de mais visibilidade e aceitação pública. (PERUZZO, 2004, p. 21).

De acordo com Festa (1986, p.16) os movimentos sociais passaram a criar seus próprios veículos de comunicação, sobretudo a partir da década de 1970, em face às limitações da ditadura militar. Conforme a autora, pouco se comunicava no sentido de manter a sociedade informada sobre os acontecimentos que ocorriam nas instâncias de poder e no centro da sociedade civil, bem como no sentido de dar voz a diferentes atores sociais. O objetivo primordial dos meios de comunicação tradicionais era modernizar-se para se equiparar ao modelo americano de comunicação (FESTA, 1986, p. 16).

Segundo Ferreira (2010), a comunicação alternativa gerenciada pelos movimentos sociais da contemporaneidade tem em comum enfoque mais voltado para dilemas que envolvem a dimensão humana no cotidiano. Os objetivos que a movem – conscientização, direitos coletivos e individuais, luta por melhoria das condições de vida, entre outros – explicita isso. De acordo com essa visão, as ferramentas de comunicação são vistas como meios de potencialização e apoio das lutas por direitos coletivos e cidadania nas sociedades atuais, no sentido de auxiliar a mobilização e a organização das entidades sociais.

Nessa nova conjuntura, torna-se missão não somente informar o público a respeito dos fatos que lhe são negados e criar narrativas de si, mas também pesquisar novas maneiras de desenvolver um ambiente questionador das instituições dominantes, bem como fomentar a credibilidade com o público-alvo, como forma de intervir de modo eficaz nas decisões políticas (Downing, 2004, p.49). Para atender esses objetivos, o conteúdo desses meios alternativos, segundo Motta (1987, p.43), possui, no contexto atual, componentes político-pedagógicos, os quais são definidos previamente, conforme as finalidades específicas de cada movimento.

Para John Downing (2004), alternativa é sinônimo de “mídia radical”. Na visão do autor, todas as possibilidades de fazer comunicação alternativa, seja através do grafite, do vestuário, da internet, do teatro, ou dos modos tradicionais, a exemplo da TV e do rádio, engendram a possibilidade de outras visões em relação às políticas e aos consensos sociais.

Downing (2004, p. 58) exemplifica, por meio do movimento de mulheres, a função de conscientização das entidades sociais do novo milênio através das mídias alternativas. Segundo o autor, o movimento de mulheres buscou desenvolver sensibilidade às situações

cotidianas e imediatas às quais a mulher é exposta e às nuances de exclusão e controle que lhes cerca.

Essa consciência feminista representou um ganho não apenas para o próprio movimento de mulheres, mas para todos, e, se tivesse sido mais difundida, teria provavelmente dado mais consistência a muitos projetos políticos. [...] A mídia radical alternativa pode permitir que as pessoas engajadas em movimentos sociais comuniquem esses e outros discernimentos umas às outras. Não com sucesso automático, é claro (DOWNING, 2004, p. 68-69).

O meio de comunicação analisado neste estudo é um periódico impresso ligado a uma ONG feminista, como já citado antes. A relação entre o movimento feminista e a comunicação alternativa é de fundamental importância para o desenvolvimento das ONGs de mulheres, e da publicização tanto da postura ideológica do feminismo dentro de uma sociedade cujas raízes socioculturais são advindas do patriarcalismo.

Nessa perspectiva, Peruzzo (2004, p.50) ressalta que o direito à comunicação é um direito que integra a constituição da cidadania, destacando que os movimentos sociais foram agregando às suas lutas cotidianas em prol de direitos sociais e políticos a busca pelo acesso aos meios de comunicação como modo de exercer a liberdade de expressão, tanto individual como coletivamente.

4. Comunicação do CFMEA

A trajetória do movimento feminista, como foi visto até aqui, está associada à história da mídia alternativa. Desde cedo, o movimento enxergou a necessidade de ser ouvido por meio de seu próprio espaço, apostando, no início, em um discurso de conscientização e contra a estrutura político-social vigente. Os veículos feministas denunciaram, informaram e mobilizaram mulheres na luta por direitos.

Dessa forma, da década de 1970 até o contexto atual, a imprensa feminista tem funcionado como uma importante ferramenta para o fortalecimento do próprio movimento e de suas pautas reivindicatórias, ao inserir a discussão acerca das mais variadas questões que circundam os diferentes grupos de mulheres.

O CFMEA, antes mesmo de ser institucionalizado enquanto ONG, teve atuações marcantes para o movimento de mulheres. Exemplo disso é “a conquista de direitos importantes para as brasileiras na Constituição Federal de 1988 - dentre eles, a igualdade de direitos e obrigações entre mulheres e homens (dos Direitos e Garantias Fundamentais, cap. 1, Art 5º, inciso I CF/88)” (CFMEA, 2014).

Em seus 25 anos de existência, contados oficialmente a partir de 1989, o CFMEA conseguiu conquistar mais de 100 leis direcionadas aos direitos das mulheres, além de articular-se na criação da Política Nacional para as Mulheres. Tais esforços são advindos da estratégia de atuação da ONG, que por meio da institucionalização, característica dos movimentos dos anos 1990, busca intervir nas decisões políticas.

A equipe do CFMEA é constituída por 17 pessoas, sendo três responsáveis pela parte de Comunicação. As responsáveis pela gestão e pela tomada de decisões no CFMEA estão na militância feminista antes mesmo da ONG ser criada, a exemplo de Gilda Cabral.

O jornal *Fêmea* foi criado em fevereiro 1992, e além de se constituir como o principal periódico impresso da ONG, também funciona como um importante canal de comunicação entre o movimento feminista e os atores políticos envolvidos. De acordo com a organização, o informativo “aborda as questões referentes aos direitos das mulheres no Congresso Nacional e os grandes temas da agenda nacional do movimento de mulheres”. No site da organização é possível ter acesso à versão digitalizada do jornal, das edições publicadas a partir 1999 até dezembro de 2013⁴.

Segundo o portal do CFMEA, a tiragem é de 13 mil exemplares e a periodicidade é trimestral. No entanto, observa-se que a partir de junho de 2012 essa frequência tornou-se irregular, ora sendo trimestral, ora semestral. O impresso é enviado de maneira gratuita e distribuído, segundo Barbosa (2004), “às milhares de mulheres de diferentes grupos: movimentos sociais, núcleos de universidades, organizações não-governamentais, ou secretarias de mulheres dos sindicatos e dos partidos políticos”. Também são distribuídos exemplares em seminários, debates e congressos dos quais a ONG participa.

A partir de 2008, o *Fêmea* passou por uma reformulação de seu projeto gráfico, que antes, como conta Woitowicz (2010), era produzido de maneira simples, com poucos recursos de imagem e impresso somente na cor rosa. Com a mudança do projeto editorial, o jornal adquiriu forma de revista, com fotos mais produzidas e impressão com mais cores.

5. Análise de conteúdo do jornal *Fêmea*

Para atingir o objetivo desta pesquisa optou-se pela análise de conteúdo enquanto procedimento metodológico. A escolha foi procedida em razão dos objetivos deste estudo estarem associados ao conteúdo e à sua materialidade linguística.

⁴ <http://www.cfmea.org.br/>

Com o objetivo de verificar o uso do jornalismo enquanto modo de ativismo e instrumento de luta política no jornal Fêmea, foram selecionadas as edições publicadas entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. O acesso ao material foi viabilizado em razão da digitalização do periódico do site do CFMEA. O período foi escolhido em decorrência de 2011 ter sido marcado pelo surgimento da marcha das vadias e o retorno da marcha das margaridas, após 4 anos de latência.

O corpus desta pesquisa foi constituído somente de textos jornalísticos. Artigos de opinião foram excluídos devido à própria proposta deste trabalho, que é a utilização do jornalismo por meio do Fêmea. Nesse sentido, das oito edições compreendidas entre 2011 e 2013, foram coletadas 50 notícias e reportagens, e 7 entrevistas, totalizando 57 conteúdos jornalísticos reunidos.

Em seguida, após a leitura desses conteúdos, buscou-se classificá-los de acordo com a pertinência dos textos aos eixos de atuação apresentados pelo CFMEA em seu portal: Orçamento e Mulher; Poder e Política; Enfrentamento à violência contra as mulheres; Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Trabalho e Proteção Social. Dessa classificação resultou uma tabela quantitativa que revelou a linha de atuação à qual o jornal mais deu atenção jornalística nesse recorte temporal.

Logo em seguida, buscou-se destrinchar esses eixos de atuação a partir dos assuntos tratados nos textos e dos atores sociais usados para falar desses temas. Nesta etapa foram considerados apenas os textos jornalísticos em que foram consultadas fontes jornalísticas. Dessa forma, foi gerada uma segunda tabela, de caráter quali-quantitativo, correspondendo a “de que se fala (assunto)” e a “quem fala (atores sociais)”.

Tabela 1: Eixos de atuação x quantidade de textos jornalísticos

Categorias	Quantidade de textos jornalísticos
Poder e Política	21
Trabalho e Proteção Social	16
Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	9
Orçamento e Mulher	8
Enfrentamento à violência contra as mulheres	3

Por meio da Tabela 1 é possível perceber que os eixos de ação do CFMEA que mais tiveram produções de conteúdo jornalístico no jornal *Fêmea*, durante o período analisado, foram Poder e Política, correspondendo a 36,8% do total de textos coletados, e Trabalho e Proteção Social, equivalendo a 28%. Esse resultado confirma, em primeiro lugar, a estratégia de atuação centrada na tentativa de influenciar decisões políticas relacionadas aos direitos das mulheres. Em segundo lugar, demonstra a visão da autonomia financeira da mulher, a partir da inserção no mercado de trabalho, das garantias dos direitos trabalhistas bem como as condições que permitam que as mulheres sejam incorporadas ao mundo profissional, a exemplo da criação de creches, como um dos caminhos para outras autonomias.

No que diz respeito às manchetes, das oito analisadas, seis se enquadram na categoria Poder e Política, duas em Orçamento e Mulher e uma em Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Tabela 2: Mapeamento de assuntos e vozes

Categorias	
De que se fala (assunto)	Quem fala (atores)
Igualdade racial	Luiza Bairros (Ministra e Fundadora do Movimento Negro Unificado); Ban Ki-Moon (Secretário Geral da ONU);
Legalização do Aborto	Guacira de Oliveira (Socióloga); Fátima Bezerra (Deputada Federal PT/RN); Marta Suplicy (Senadora - PT); Cleusa Silva (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMDB); Jandira Feghali (Deputada Federal PCdoB/RJ); Myllena Calasans (Assessora do CFMEA); Iriny Lopes (Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM); Creuza Maria de Oliveira (Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD);
Reforma Política	Guacira César (Diretora do CFMEA); Luiza Erundina (PSB/SP); José Antônio Moroni (Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC); Silvia Camurça (Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB);
Trabalho Doméstico	Eneida Dultra (Advogada e colaboradora do CFMEA);
Marchas/ Passeatas/Manifestações	Carmen Foro (Coordenadora da Marcha das

	Margaridas); Maria Paiva Lins (Movimento Passe Livre-DF)
Desemprego Feminino/Economia do Cuidado	José Eustáquio Diniz Alves (Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE); Alicia Bárcena (Secretária Executiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe – CEPAL); Gilda Cabral;
Plano Plurianual (Orçamento do governo federal e estadual para objetivos e metas)	Gilda Cabral (CFMEA); Tatau Godinho (Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas para Mulheres); Célia Vieira
Violência contra a mulher	Gilda Cabral (CFMEA);
Saúde da Mulher	Gilda Cabral (CFMEA);
Programa de Agricultura Familiar/Mulheres Rurais	Gilda Cabral (CFMEA);
Programa Bolsa Família/Autonomia Feminina	Simone da Silva Ribeiro Gomes (Especialista em Psicologia Social); Silvana Aparecido Mariana (Socióloga);
Cúpula dos Povos/Justiça Socioambiental	Schuma Schumauher (Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB);
Mulheres na Política	Domingas de Paula Martins (Ex candidata a vereadora PT/PA); Luci choinacki (Deputada Federal PT/SC)
Estado Laico/Fundamentalismo Religioso na Política	Noemi Oliveira Silva (Moradora do Paranoá (DF); Letícia Sabatella (Atriz); Luiz Claudio Cunha (Jornalista); Jean Wyllys (Deputado Federal–PSOL/RJ);

A Tabela 2 desmembra os assuntos acoplados em cada eixo de ação que constituiu a tabela 1, e os associa a atores sociais considerados respaldados para falar sobre os temas tratados. Os resultados demonstram a atuação da ONG no âmbito legislativo, acadêmico e da militância política. De todas as vozes mapeadas, somente uma corresponde a uma fonte que não se enquadra nesses três contextos, a da estudante Noemi Oliveira (moradora do DF), em uma matéria sobre fundamentalismo religioso na política.

Tal cenário demonstra que o jornal Fêmea é usado para comunicação com outras instituições do movimento de mulheres, com parlamentares e com acadêmicos. A própria

distribuição do impresso confirma essa inferência, uma vez que o jornal é enviado exatamente para o âmbito dessas três esferas sociais. Das 30 vozes ouvidas, apenas cinco não são mulheres, o que indica uma posição programática de amplificar a fala feminina sobre as questões que lhe dizem respeito.

No decorrer deste trabalho, foi encontrada uma pesquisa realizada por Barbosa (2004), cuja proposta foi a análise de conteúdo do *Fêmea* durante uma década, desde o surgimento, em 1992, até 2002. O estudo deteve-se na verificação das manchetes e sua classificação de acordo com as seguintes temáticas: orçamento; gênero e raça; saúde; violência; trabalho; direitos sexuais e reprodutivos; poder e política; e outros assuntos.

Este levantamento (BARBOSA, 2004) mostrou que as manchetes do *Jornal Fêmea*, entre fevereiro de 1992 e dezembro de 2002, foram distribuídas da seguinte maneira:

- Poder e política – 94 manchetes;
- Saúde – 45 manchetes;
- Direitos sexuais e reprodutivos – 86 manchetes;
- Trabalho – 58 manchetes;
- Violência – 57 manchetes;
- Orçamento – 7 manchetes;
- Gênero e raça – 15 manchetes;
- Outros assuntos – 137 manchetes.”

Os resultados da pesquisa de Barbosa (2004), quando comparados com o que foi encontrado neste estudo, demonstram que a ênfase dada ao âmbito político é uma característica constante na atuação no *CFMFA* desde o seu surgimento.

É importante ressaltar que as matérias do jornal *Fêmea* não se limitam a apontar problemas a serem solucionados pelos poderes legislativo e executivo, no que diz respeito à cidadania dos diferentes grupos de mulheres, mas buscam também mostrar ao público-leitor o que já foi conquistado, em termos de políticas públicas, pela ação da ONG.

A análise dos temas abordados permitiu a percepção de uma identidade feminina que se contrapõe às tradicionais representações das mulheres enquanto mães, esposas, frágeis, submissas, dóceis. A identidade de mulheres percebida no conteúdo do *Fêmea* refere-se à mulher enquanto sujeito de si, dona de seu corpo no que diz respeito à liberdade sexual ou pela escolha do aborto, ativa no mercado de trabalho e profissionalmente qualificada, e politicamente participativa, consciente de seus direitos, como é possível notar nas matérias que constituem os anexos deste trabalho. Essa participação política das mulheres está diretamente associada à estratégia de luta adotada pelas organizações sociais do “novo

milênio”, nas quais a luta por cidadania é tida como modo de inserção social e humanização da figura da mulher.

Quantitativamente, as mulheres enquanto fontes jornalísticas ocupam a maior proporção no Fêmea. As narrativas de ativistas de diferentes causas femininas, a exemplo das trabalhadoras domésticas, pesquisadoras, mulheres parlamentares, reafirmam o periódico como um espaço alternativo de voz, em que são construídas suas próprias narrativas e reforçada essa outra identidade feminina, a qual o movimento de mulheres, neste caso especificamente o CFMEA, se propõe a reconstruir.

Temáticas como Reforma política e Plano Plurianual são tratadas com enfoques diferentes da mídia comercial. Esta diferença reside na perspectiva dos laços identitários baseados na figura das mulheres e da inserção destas nas discussões políticas. Os assuntos citados (Reforma Política e Plano Plurianual) foram abordados pelo viés dos direitos femininos, através de um recorte de como esses temas viriam a influenciar a participação e posição das mulheres e das organizações feministas no cenário político-social dentro de uma sociedade hierarquizada.

Tais discursividades são construídas por meio de atores sociais ligados aos movimentos sociais e/ou especialistas (Ver Figura 1 e 2). Dessa forma, constituindo uma abordagem diferente da mídia comercial, a qual costuma dar ênfase às fontes consideradas oficiais. É importante considerar nessas observações que o jornal é produzido em Brasília, no centro das decisões políticas do país, o que reforça essa roupagem voltada à intervenção por meio da cidadania.

Nesse sentido, dentro do eixo Poder e Política, os assuntos mais pautados foram ‘Presença feminina nos espaços de poder’ e ‘Reforma política’, trabalhados de maneira isolada ou em conjunto com outros temas. A reforma política é vista como um caminho para ampliar a presença das mulheres nos centros de decisão de poder. Exemplo disso é a matéria intitulada “O poder agora tem rosa choque por isso não provoque”, em que é discutida, de maneira geral, a ocupação, embora pequena, de mulheres em cargos de representação e decisões políticas, como o parlamento, as conquistas resultantes da presença feminina nestes setores e a urgência de uma reforma no sistema político eleitoral para garantir mais candidaturas e conseqüentemente mais mulheres nos centros de decisão.

De fato uma reforma mais ampla do sistema político eleitoral é imprescindível. A adoção de listas fechadas, preordenadas, com alternância de sexo, financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais e o devido cumprimento de ações afirmativas que já constam da atual legislação são fundamentais para que o déficit democrático na representação das mulheres seja alterado (Jornal Fêmea, edição 168, janeiro-março/2011, p. 7).

No eixo de Trabalho e Proteção Social, destaca-se a inserção das mulheres no mercado, sobretudo as que possuem menos condições financeiras, autonomia econômica e a garantia de sua permanência no mundo profissional por meio da criação de creches, por exemplo.

Tendo que cuidar dos filhos, as mulheres, especialmente as que não têm condições de pagar escolas ou babás, não conseguem buscar trabalhos remunerados ou têm que optar por alternativas informais, sujeitando-se a condições de trabalho precárias e a remuneração mais baixa (Jornal Fêmea, edição 170, julho – setembro/2011, p. 8).

Já em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos os conteúdos temáticos que mais se destacam relacionam-se ao enfrentamento ao fundamentalismo religioso, que é visto nas narrativas como um dos principais empecilhos para o reconhecimento da liberdade sexual e reprodutiva das mulheres.

Mas as semelhanças vão além: nenhum desses casos passou despercebido. Na semana seguinte às agressões homofóbicas, manifestantes se reuniram no parque Água Mineral, para realizar um beijaço - protesto político, onde várias pessoas se beijam, independente do gênero e orientação sexual, para combater os preconceitos.[...] São vozes que se erguem e resistem contra os fundamentalismos religiosos. E não estão sozinhas (Jornal Fêmea, edição 174, janeiro – julho/2013, p.4).

No eixo Orçamento e Mulher o tema mais discutido pelo Fêmea no período analisado foi o Plano Plurianual. É por meio deste que o governo organiza uma planilha de verbas que serão utilizadas nos quatro anos de governo. Para o CFMMEA, informar a sociedade sobre como funciona esse plano orçamentário é uma maneira de mobilizar as mulheres, alertar os parlamentares e garantir a destinação de verbas para os direitos das mulheres nos diferentes setores, a exemplo da saúde, da construção de creches, da geração de empregos, do enfrentamento à violência, etc.

Na categoria Enfrentamento à violência contra as mulheres, o assunto mais abordado refere-se à Lei Maria da Penha, sua implementação, dados estatísticos e desafios.

É importante pontuar que nem todas as matérias analisadas, bem como os assuntos abordados, são discutidas a partir da perspectiva das fontes jornalísticas. O periódico costuma utilizar fontes nas matérias que obtêm destaque de capa, fato que é percebido pelo número de atores sociais consultados no recorte temporal analisado, que foi de 30 fontes em 2 anos.

6. Considerações

Este estudo tem como principal contribuição mostrar o uso estratégico da comunicação alternativa como maneira de dialogar com o público-alvo da Ong CFMEA, bem como para discutir e refletir a discussão entre cidadania, movimentos sociais e comunicação alternativa.

Foi possível perceber como organizações que emergiram na década de 90, a exemplo do CFMEA, aproveitaram as oportunidades da redemocratização e adotaram um novo modo de atuação, por meio do qual o movimento de mulheres consegue, no contexto atual, incidir direta ou indiretamente nas decisões políticas que tangem os direitos femininos.

Além disso, a comunicação alternativa, como pôde ser percebido aqui, além de contribuir como veículo de informação e espaço de narração do movimento também se tornou um campo de construção e ressignificação de identidade.

7. Referências

- AGUIAR, Sonia. **Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas.** Informação & Informação, Universidade Estadual de Londrina, Vol. 12, Edição especial, 2007.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes. **Publicações feministas do CFEMEIA: análise de conteúdo do Jornal Fêmea.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, vol.12. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a16v12ns.pdf>. Acessado em: 18 de julho de 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- CAPELINI, Taís Dias; VICENTE, Maximiliano Martin. Relações públicas e cidadania: uma contribuição da comunicação em prol do social. Trabalho apresentado no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2552-1.pdf>. Acessado em: 16 de julho de 2014.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **A trajetória dos movimentos sociais.** In: DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 81- 90, 2004.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa Feminista.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 73 -101.

- DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- FELDMANN, Anna Flávia; SANCHÉZ, Waldo Lao Fuentes. **Comunicação e Movimentos Sociais no México: O caso da rádio Plantón**. Revista Alterjor, ano 1, Volume1. São Paulo: agosto - dezembro de 2009.
- FERREIRA, Zoraia Nunes Dutra. **Movimentos sociais na rede: garantia de comunicação alternativa?** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 280 - 303.
- GOHN, Maria da Glória. **Cidadania, meios de comunicação de massa, associativismo e movimentos sociais**. In: PERUZZO, Cicilia Maria K.; ALMEIDA, Fernando F. (orgs). Comunicação para a cidadania. São Paulo/Salvador: Intercom/Unep: 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2001. GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- HERSCOVITZ, Heloiza G. **Análise de conteúdo em Jornalismo**. In: Lago, C.; Benetti, M. Metodologia de Pesquisa em jornalismo. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 123-142.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- LAGES, Lara. **As redes enquanto estratégia de comunicação nas articulações entre os movimentos sociais participantes do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011.
- MAZETTI, Henrique Moreira. **Mídia alternativa para além da contra-informação**. Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 2007.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova: Revista Cultura e Política. São Paulo. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>. Acessado em 17 de julho, 2014.
- MELO, Jacira. **Publicar é uma ação política**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 11. N1, 2003. P. 298301.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais**. In: GRINBERG, Máximo Simpson (orgs.). A comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Gerson de Lima e SILVA, Marcelo Kunrath. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção estado-movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/05.pdf>. Acessado em: 18 de julho de 2014.
- PERÉT, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- PERUZZO, Cecília. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. III. Nº 1. 2001.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, 2006.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. Cadernos de Pesquisa, n° 64. São Paulo, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90**. In: SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

VIEIRA, Roberto. **Os meios de comunicação de massa e a cidadania**. In: PERUZZO, Círcia (org). Comunicação para a cidadania. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil**. Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Feminismo e ativismo midiático: O jornalismo como estratégia de ação política**. Trabalho apresentado no Fazendo Gênero 9. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Feminismo e ativismo midiático: A imprensa feminista na luta contra a ditadura militar e em defesa dos direitos das mulheres no Brasil e no Chile**. Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, 2012.

ZIRBEL, Ilze. **Movimento feminista brasileiro/movimento de mulheres: uma versão histórica**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de PósGraduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.